

CUIDADOS PALIATIVOS E CÂNCER: UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E CIDADANIA

Ernani Costa Mendes - Mendes, E. C. - Hospital do Câncer IV (HCIV/ INCA)*

Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos - Vasconcellos L.C.F – Ensp/Fiocruz.

*Rua Visconde de Santa Isabel, 274, CEP: 20570-120 - Rio de Janeiro (RJ) Brasil

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como pressuposto que o binômio cuidados paliativos (CP)/câncer é uma questão de direitos humanos (DH), saúde e cidadania. Para isso, o alicerce epistemológico se fundou, principalmente, no campo dos DH e saúde, cuja busca incessante da justiça social propicia a utilização de ferramentas legais, políticas e éticas no sentido de eliminar desigualdades e enaltecer a voz dos que buscam e necessitam de cuidados. Nesse contexto, os CP, relacionados neste trabalho com o câncer, são entendidos no campo da saúde como um direito fundamental e humano, difuso e coletivo, que produz conhecimento nas relações entre as ciências sociais, jurídicas e da saúde, com interseções e apropriações recíprocas entre elas.

OBJETIVO

Foi identificar e analisar os desafios políticos, legais e institucionais na atenção em CP no câncer, com ênfase na organização da rede de atenção e na formação de recursos humanos na perspectiva do direito, da saúde e do respeito à cidadania.

METODOLOGIA

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sujeitos envolvidos com a Política Nacional de Prevenção e Controle de Câncer (PNPCC). Os sujeitos de quem se obteve a percepção sobre as questões levantadas pelo trabalho foram tipificados em: alvos da política – pacientes, familiares e cuidadores; executores política – gestores e profissionais de saúde (de uma instituição complexa de CP); legisladores - parlamentares; fiscalizadores da política – juízes, defensores públicos e advogados; e produtores de conhecimento acadêmico – intelectuais acadêmicos.

RESULTADOS

Dos 29 entrevistados, 25 (vinte e cinco) NÃO tinham conhecimento da legislação de câncer e CP. Não há Modelos Assistenciais implementados e nem formação estrutural e permanente de profissionais para os CP no Brasil. Os dados encontrados na pesquisa coincidem com os resultados do monitoramento do TCU em relação à estrutura e organização da PNPCC, que a considera, intempestiva, não resolutiva e desigual.

CONCLUSÃO

Os CP, enquanto abordagem da medicina moderna, com ampla sustentação científica e que pretendem acompanhar e amenizar a jornada de luta percorrida pelos pacientes com diagnóstico de câncer deve fazer jus à preocupação de assistir a esses pacientes e seus familiares de forma peculiar e integralizada visando à mitigação da carga de sofrimento trazida, tantas vezes, pela cronicidade de uma doença que irremediavelmente avança, a despeito da terapia disponível.